

8 ABR 1983

Olô Brasil

Opini

# A miséria e nossa

João Mellão Neto

***“É uma pena que todos os homens que sabem governar a Inglaterra já estejam ocupados, cortando cabelos ou dirigindo táxis.” (Atribuído a Winston Churchill)***

O primeiro-ministro inglês, na verdade, foi injusto com uma terceira categoria de sábios. Além dos figuras e dos motoristas de praça, há um grupo de cidadãos que, apesar de não demonstrarem habilidade na tesoura ou no volante, manejam com perfeição uma HP-120 com a qual sentem capacitados a resolver todos os problemas do mundo: os economistas.

Harry Truman — uma espécie de Sarney que deu certo — dizia ser seu maior sonho encontrar um economista de um lado só. E explicava: “Sempre que ouço a tese de um desses homens e começo a me convencer de sua eficácia, ele diz: ‘Mas, por outro lado...’ e refuta tudo o que acabou de afirmar”.

A ciência econômica moderna está aparelhada para responder a inúmeras dúvidas, menos àquelas básicas para as quais foi criada: como produzir riquezas, como distribuí-las no seio da sociedade. Embora os economistas tenham encontrado a fórmula perfeita do pleno emprego — infelizmente aplicável apenas à sua categoria —, até hoje não apresentaram resposta eficiente para os demais desafios da vida em sociedade.

Todos nós concordamos, hoje, na necessidade de se distribuir melhor a renda em nosso país. Mas como distribuir renda sem, simultaneamente, inviabilizar o seu crescimento?

Trata-se de uma questão ainda sem resposta. Nós, os leigos, um passo à frente dos especialistas, já sabemos, empiricamente ao menos, como não se deve fazê-lo.

Uma péssima maneira, por exemplo, é a solução legislativa. Os nossos parlamentares, se quisessem (e já tentaram), poderiam aprovar uma lei triplicando o salário mínimo. Não resolveriam, na prática, problema algum. Quarenta por cento da força de trabalho do Brasil está empregada, atualmente, sem carteira assinada. Um aumento brutal do piso nacional de salários só serviria para aumentar esse percentual. Ao invés de beneficiar o trabalhador, estaríamos, na prática, condenando boa parte deles ao desemprego ou ao subemprego, onde, além de ganhar o mesmo de antes, ainda teriam o ônus de não contar com os benefícios da Previdência e o amparo da legislação trabalhista. Outra fórmula duvidosa é a concessão constitucional de ganhos de renda indiretos, por meio de novos direitos trabalhistas. O custo de um empregado para as empresas, antes da Nova Carta, já alcançava 1,7 vezes o valor de seu salário, através de encargos sociais, férias, FGTS, etc. Após a edição deste best-seller (Ulysses no País das Maravilhas), os custos indiretos já igualam ou superam o valor do salário. Quanto maior é o custo de um novo emprego, menor é a possibilidade de que ele se concretize. O índice de desemprego, que atingia as menores taxas da década, antes da Carta, já começa a crescer novamente. A mão-de-obra mais prejudicada é justamente a feminina, não por coincidência aquela a qual a Constituição procurou cercar de maiores privilégios.

Outra solução de resultado duvidoso é a fúria sindical. Para que ela tenha efeitos reais sobre a distribuição de renda, seria necessário preencher dois pré-requisitos: o primeiro é o de que a economia nacional estivesse em franco crescimento; o segundo é o de que todas as categorias profissionais tivessem o mesmo poder de barganha. Como nenhuma dessas condições se dá no momento em que vivemos, o resultado das inúmeras greves e reivindicações, quando não é inócuo, é iníquo. No primeiro caso, não havendo crescimento real da economia, o repasse dos aumentos de salários para os preços é praticamente automático: o trabalhador passa a ganhar mais, mas tudo, também, passa a custar mais caro. No segundo caso, havendo categorias mais e menos organizadas, acaba ocorrendo uma concentração de renda naquelas com maior poder de barganha. As empresas atendem às suas reivindicações, repassam os custos para os preços e a inflação passa a judiar tão-somente das categorias que, pelo seu baixo nível de organização, não conseguem recompor seu poder aquisitivo. Metalúrgico, sem dúvida, ganha bem. Resta saber à custa de quem...

Por exclusão, percebe-se que, na prática, para distribuir renda é preciso, antes de tudo, criá-la. É impossível manobrar um carro parado. Na medida em que ele começa a andar, quanto maior for a sua velocidade, mais leve se tornará seu volante.

De acordo com a Lei do Mercado, a mão-de-obra é barata, no Brasil, porque a sua oferta é abundante, contrastando com a disponibilidade de capital que, por ser raro, é caro. Na relação capital-trabalho, o primeiro sempre ficará com a parte do leão justamente por isso. Só há uma forma, portanto, de melhorar a distribuição da renda. Mudar a correlação de forças, tornando abundante a oferta de capital, o que resultaria na valorização do fator trabalho.

Capital existe, de sobra, no exterior. O mercado internacional, possivelmente, nunca tenha tido tanta liquidez como agora.

Pena que nossos economistas, parlamentares e sindicalistas, na nova Constituição, tenham jogado o capital estrangeiro ao mar. Não fizemos, infelizmente, uma opção pelos pobres, mais sim pela pobreza. A preservação da miséria, para nós, é uma questão de soberania nacional...

João Mellão Neto é jornalista. (Este artigo foi publicado originalmente em O Estado de S. Paulo)